

Passarinho: “mudar as estruturas”.

O PRESIDENTE DA CPI DO ORÇAMENTO DEFENDE MUDANÇAS ESTRUTURAIS PARA IMPEDIR A CORRUPÇÃO E A FRAUDE



O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), presidente da CPI do Orçamento, acha que a corrupção é consequência de uma luta permanente de inteligências: a que cria leis contra fraudes e a que busca um meio de burlar essas leis. Para ele, este é o momento de modificar as leis atuais, já muito contaminadas pela ação dos fraudadores. Nesta entrevista a Valdir Sanches, Passarinho fala das mudanças que considera necessárias e pensa que a revisão constitucional é uma ótima oportunidade para fazê-las. Ele qualifica de “absolutamente imoral” um político pegar dinheiro para a campanha e ficar com as sobras. E de “hipocrisia fantástica” políticos que não sejam muito ricos, dizer que se elegeram com dinheiro do próprio bolso.

JT — No final desse processo que envolve o Orçamento, com possíveis cassações, o que deve ser feito para evitar que aconteça de novo?

Passarinho — Eu disse uma vez aqui no plenário do Senado, que é preciso entender o que é corrupção. Ela independe de qualquer tipo de regime de governo, ou de forma de governo. Mas nem por isso, eu devo ser leniente com ela e devo justificá-la. Mas a sua pergunta me leva precisamente a isso. É ou não é uma luta permanente de inteligências? É uma inteligência lutando contra a possibilidade da fraude fazendo leis. E uma inteligência dos fraudadores para saber como ultrapassar essa lei.

com sobras é absolutamente imoral. Então, a lei tinha que ser muito bem planejada, para que o fraudador arranje uma compensação e você torne a modificar a lei. E esse é o momento para responder à sua pergunta: é tentar modificar as estruturas para que não permitam o trampolim para a fraude.

E no caso do orçamento, especificamente?

Vamos dar ou não razão inteira aos militares? Não se iluda, eu fui militar, participei do governo militar... A quase totalidade do que os militares fizeram, foi aconselhamento de políticos. Quando os políticos disseram “não deixe alterar o orçamento”, foram os políticos que disseram. Os militares não entendiam disso! Não era o general Castello que entendia disso, o general Costa e Silva. Bom, o que fizeram? No ano de 1964 a 1978 o parlamentar não podia aumentar a despesa. Podia fazer permutas, desde que não alterasse o valor global das despesas. Mas, por exemplo, um representante do Estado do Pará, como eu, vai ficar esperando que a União se sensibilize para a pavimentação da estrada Cuiabá-Santarém, sem a qual metade do Estado do Pará vai ao caos? Eu venho de lá

do Aloízio Mercadante. Outra: imunidade. Como analisar até que ponto a imunidade processual cabe, até onde uma resposta rápida a um processo de corrupção pode ser feita e até onde uma imunidade pode fazer um trancamento de um processo dessa natureza? Para ceder à linguagem dos anos 50, “vamos às estruturas”. Vamos atacar as questões estruturais.

Isso inclui quais outras áreas?

Uma outra: a legislação eleitoral. É uma hipocrisia fantástica dizer que qualquer candidato — presidente, vice-presidente, governadores, senadores etc. — qualquer candidato pode chegar aqui dizendo que se eleger tirando apenas o dinheiro do seu próprio bolso. Só um ou outro poderá fazer isso. Muito rico. Se for assim, o Congresso se transforma apenas em um antro de ricos. Agora, receber dinheiro e comprometer-se a dar dividendos desse dinheiro através de coisas ilícitas, é indigno. Pegar dinheiro e ficar

e não tenho o direito de propor? Não é o fato de um parlamentar apresentar uma emenda que isso o caracteriza como fraudador, como desonesto. Ele está lutando pelo Estado dele, que a União não considerou prioritário. Agora, fazer a chamada emenda “carimbada” para uma determinada firma, para a firma dar apoio. Aí já há comprometi-



Arquivo/AE

Passarinho: “guerra de inteligências” em torno da fraude.

mento. Devemos mudar a forma de fazer. Vamos voltar ao que os militares fizeram? Ficar só nas permutas?

Como eram as permutas?

Vamos dizer que o Ministério dos Transportes destinava US\$ 80 milhões ao Pará e o Ministério de Ação Social destinava outro valor. Como representante do Estado do Pará poderíamos ver que a

Ação Social estava excessiva e transportes estava fraco. Você tirava deste e colocava naquele. Mas não mexia no total.

E senhor vê outras hipóteses?

A outra hipótese é o seguinte: restringir as emendas — e isso eu acho que vai surgir no relatório do deputado Roberto Magalhães, o relator da CPI, de modo que só seriam apresentadas emendas coletivas. De partidos ou bancadas federais dos Estados. Os partidos estudariam em simpósio próprio e atenderiam às colocações de seus partidários. Como os partidos são nacionais, não é muito fácil. Outra: cabe manter ou não subvenção social, global? Cabe? Não cabe. O Nelson Carneiro (PMDB-RJ) tem 83 anos e 70 de política. Está no terceiro mandato do Senado. Eu ligo para ele, num daqueles depoimentos da CPI e digo: “Nelson, eu estou me considerando um péssimo senador. Que diabo de subvenção global é essa? Você conhece?”. Então, essa história de dizer que a Comissão de Orçamento funcionava em estilo maçônico é verdade. Mas tem que botar o dedo nisso.

O senhor acha que depois de se depurar, o Congresso estará mais acreditado e em condições de promover estas reformas?

O Congresso é cronicamente desacreditado, qualquer um deles. O conceito de Congresso é sempre ruim. Subiu extraordinariamente quando cassou o Collor. Então, admitir que o Congresso é ruim é, muitas vezes, uma constatação. Mas a culpa será do Congresso, ou nós somos consequência daquilo que se chama eleição, e esta, por seu turno, consequência daquilo que se chama povo? Se me mandam para cá um vigarista, ele não se elegeu por ele próprio. Ele se elegeu por um sistema de eleição que permite o tipo de compra de voto...

No momento atual, há chances de se resolver isso definitivamente?

Qualquer saneamento é importante para uma solução imediata qualquer. Só que ela não é duradoura propriamente. Não digo que ela seja fugaz, mas também ela não tem uma quantidade de eternidade. Corrige-se o fato e logo vêm os efeitos negativos. Veja o que aconteceu no Pará,

quando eu era governador e apliquei o Ato Institucional. A velocidade de apuração dos votos era mínima. Havia o seguinte: vinha uma urna lá de Cachimbo, lá não sei de quê. Até chegar a Belém para ser apurada, corria o risco de sofrer o que chamavam de emprenhamento de urna. Pegavam a urna e trocavam o que havia dentro para chegar a Belém como queriam. E sem querer as pessoas se denunciavam. Um candidato acompanhava uma urna e quando a urna foi aberta ele gritou para o juiz: “Mas isso é um absurdo. Eu tenho certeza de que eu tinha aí 172 votos”.

Então, eu sacrificiei juízes, que cuidavam dos mapas e eram chamados mapistas. E aí vinham os votos para Antônio, candidato, ele tinha 18 mil votos. Mas para ele chegar ao quociente precisava de 25 mil. E outro José candidato tinha 8.700 votos. Esse estava totalmente fora de cogitação. Ele negociava com Antônio e na triangulação com o juiz. O juiz era o dono do mapa. No mapa seguinte, os 8.700 votos do José ficavam em 700. Os 8 mil votos do José passavam para o Antônio, que tinha 18 mil e assim chegava a 26 mil.

É a chamada fraude do mapismo. Hoje, com a velocidade que se empregou à apuração, o mapismo desapareceu. Aí apareceu o problema da apropriação de votos em branco. Insisto neste ponto: é um processo de luta de duas inteligências o tempo todo. Uma inteligência que trabalha para a fraude e uma outra inteligência que tenta impedir que a fraude se realize.

A revisão da Constituição não é uma oportunidade para avançar contra a fraude?

Para o momento eu acho ótima a oportunidade. Se nós conseguirmos fazer a depuração pelo menos parcial desse Congresso isso ajuda a termos a autoridade perdida.

E reforma do Judiciário?

Eu não teria muita autoridade para falar como fazer a reforma do Judiciário. Eu agi contra aquilo que era visível no Estado do Pará, quando eu assumi o governo. O Ato Institucional que eu apliquei, foi o terceiro tema da série: problemas e soluções da questão eleitoral.

PARTICIPE

ABAIXO-ASSINADOS

No dia 15, campanha estará no Viaduto do Chá.

Na próxima quarta-feira, dia 15, a campanha do Jornal da Tarde contra a corrupção e a impunidade ganha as ruas de São Paulo. No Viaduto do Chá estarão instaladas barraquinhas para recolher assinaturas. O agitador cultural Wagner Sugamelli, criador do prêmio Porcolino — entregue todo ano de eleição ao candidato que mais suja a cidade com propaganda — vai animar o evento com seu “varal democrático”, no qual estarão

pendurados os mais clamorosos escândalos brasileiros que acabaram em pizza.

Nas bancas de jornal, as listas continuam à disposição. Você também pode tirar cópias das listas que, depois de preenchidas, deverão ser enviadas para a Caixa Postal 7140 - CEP 01064-970 - São Paulo. As assinaturas, depois de encerrada a campanha, serão encaminhadas para as presidências da CPI do Orçamento e do Congresso.